

INVESTIMENTO TD-C19-i07.01: CAPACITAÇÃO DA AP - FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E GESTÃO DO FUTURO**PLANO DE CAPACITAÇÃO DIGITAL – MEDIDA AP DIGITAL 4.0****INVESTIMENTO N.º 310/C19-i07.01/2023****PROCEDIMENTO INTERNO N.º 300.10.005/2022/180****CADERNO DE ENCARGOS****CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO****AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENHO INSTRUCIONAL E PRODUÇÃO MULTIMÉDIA DE CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS PARA CONSTRUÇÃO DE
CURSOS E-LEARNING ASSÍNCRONO****ENQUADRAMENTO**

O Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA, I. P.) tem por missão promover o desenvolvimento e a qualificação dos trabalhadores da Administração Pública, assumindo um leque de cursos de formação para entidades públicas com uma importante vertente prática na aplicação de conhecimentos em contexto profissional, oferta formativa esta divulgada em Programa Anual de Formação INA, I. P. Neste âmbito, é importante garantir que a Administração Pública disponha dos recursos humanos habilitados, designadamente ao nível da gestão e das tecnologias, para prestar de serviço público de qualidade.

Nos termos do contrato de financiamento celebrado, a 20 de novembro de 2021, entre a Estrutura de Missão RECUPERAR PORTUGAL e o INA, I.P. foi concedido apoio financeiro destinado à realização do Investimento TD C19-i07.01 designado por Capacitação da Administração Pública - INA, I.P. enquadrado na Componente C19 - Administração Pública - Capacitação, Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança, do Plano de Recuperação e Resiliência.

Uma das medidas incluídas no referido contrato de financiamento consiste em desenvolver, numa ótica de capacitação, uma oferta formativa que promova o desenvolvimento e o reforço das competências pessoais e profissionais dos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública.

A atual transformação digital e tecnológica nas sociedades implica o desenvolvimento da capacidade organizacional em todos os organismos da Administração Pública, o que implica a necessidade de adoção de novos modelos de trabalho, alavancados pela tecnologia, de forma a tornar a força de trabalho mais efetiva e ágil.

Na área da formação, os avanços tecnológicos permitiram o aparecimento de novas formas de *E-learning Assíncrono*, cursos oferecidos por meio de ambientes virtuais de aprendizagem em formato assíncrono. Pretende-se disponibilizar os cursos através da Plataforma NAU, enquadrados no Programa de Capacitação Digital, de acordo com o Plano de Recuperação e Resiliência, de acesso gratuito e em formato online.

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1ª
Objeto do contrato

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com o Instituto Nacional de Administração, I.P., doravante designado por INA, I.P., na sequência de procedimento pré contratual por concurso limitado por prévia qualificação com publicidade internacional nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 20º e da alínea c) do nº 3 do artigo 474º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), que tem por objeto a **aquisição de serviços de desenho instrucional e produção multimédia de conteúdos pedagógicos para construção de cursos e-learning assíncrono**, conforme especificações técnicas definidas na Cláusula 31ª – Parte II do presente Caderno de Encargos.
2. Nos termos do nº 1 do artigo 46º-A do CCP, a adjudicação do presente procedimento será efetuada por lotes, que se distinguem pelo número de horas de formação a produzir e pelo tipo de cursos e se caracterizam do seguinte modo:

a) **LOTE A:**

- i. Nível de intervenção pretendido: Conhecimento Factual ou Procedimental;
- ii. Tipos de vídeos: com recurso a ferramentas de Inteligência Artificial para geração de vídeos com *avatars* e outros recursos gráficos ; gravação de vídeos de uso de aplicações tecnológicas com infografias simples, imagens (reprodução) ou figuras (tabelas, esquemas, destaques, desenhos técnicos) e narrador profissional, para além de vídeos com o(s) formador(es) / especialistas nos conteúdos;
- iii. Atividades de Avaliação: avaliação sumativa através de componentes da plataforma, diversificando os tipos de questões previstos na plataforma: “Tipos frequentes de problemas” e atividades de avaliação formativa integrada no percurso de aprendizagem;
- iv. Número mínimo de horas, no total dos cursos produzidos: **115 (cento e quinze) horas.**

b) **LOTE B:**

- i. Nível de intervenção pretendido: Conhecimento Factual ou Procedimental orientado para a sua aplicação em contexto de trabalho (desenvolvimento de competências);
- ii. Tipos de vídeos: com recurso a ferramentas de Inteligência Artificial para geração de vídeos com *avatars* e outros recursos gráficos ; vídeos com ilustrações de acordo com a metáfora (desenhos criados para promover a compreensão de um determinado assunto ou transmitir uma ideia, por exemplo, um conceito ou um processo), infografias e animação simples com

interação e feedback e apresentador profissional, para além dos vídeos com o(s) formador(es) / especialistas nos conteúdos;

- iii. Atividades de Avaliação: avaliação sumativa através de componentes da plataforma, diversificando os tipos de questões previstos na plataforma: “Tipos frequentes de problemas” e atividades de avaliação formativa integrada no percurso de aprendizagem;
- iv. Número mínimo de horas, no total dos cursos produzidos: **95 (noventa e cinco) horas**.

c) **LOTE C:**

- i. Nível de intervenção pretendido: Conhecimento Conceptual ou Metacognitivo e intervenção ao nível das atitudes e dos valores;
- ii. Tipos de vídeos: com recurso a ferramentas de Inteligência Artificial para geração de vídeos com *avatares* e outros recursos gráficos ; vídeos com imagens interativas, com *role play* ou simulações que exijam equipas com gravações no exterior (locais que contextualizem a aprendizagem) ou feitas com base em animações que desenvolvam o *storytelling* do caso e apresentador profissional, para além dos vídeos com o(s) formador(es) / especialistas nos conteúdos;
- iii. Atividades de Avaliação: Avaliação sumativa através de componentes da plataforma, diversificando os tipos de questões previstos na plataforma: “Tipos frequentes de problemas” e “Avançado” (perguntas de construção mais complexa como *drag-and-drop* ou localização da resposta em imagens), entre outras, incluindo também simulações ou estudo de caso que requeiram o desenvolvimento de ilustração e atividades de avaliação formativa integradas no percurso de aprendizagem.;
- iv. Número mínimo de horas, no total dos cursos produzidos: **85 (oitenta e cinco) horas**.

- 3. Cabe ao INA, I.P. classificar os cursos que serão desenvolvidos por temáticas, carga horária e características, bem como direcioná-los para a entidade a quem for adjudicada a respetiva produção.
- 4. Os cursos enquadram-se nas medidas previstas no Investimento TD C19-i07.01 designado por Capacitação da Administração Pública - INA, I.P. enquadrado na Componente C19 - Administração Pública - Capacitação, Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança, do Plano de Recuperação e Resiliência
- 5. Os cursos devem ser disponibilizados aos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública durante o período de vigência do Plano de Recuperação e Resiliência.
- 6. A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos instituído pelo Regulamento (CE) nº 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) nº 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003 e pelo Regulamento (CE) nº 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, com o código CPV 80420000-4 - *Serviços de aprendizagem eletrónica (e-learning)*.

CLÁUSULA 2ª

Disposições e regras por que se rege a prestação de serviços

1. O contrato é constituído pelo clausulado contratual e respetivos anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações de erros ou omissões prestados ou efetuados pela entidade adjudicante;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos prestados pelo adjudicatário acerca da proposta adjudicada.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º do mesmo Código.

CLÁUSULA 3ª

Local de execução do contrato

Os serviços objeto do contrato são executados nas instalações do adjudicatário, cabendo a este garantir a segurança informática e confidencialidade dos dados.

CLÁUSULA 4ª

Disponibilização dos conteúdos formativos preparados pelos especialistas

1. Os conteúdos formativos elaborados pelos especialistas, em que se inclui o Plano de Formação, são entregues às entidades adjudicatárias dos Lotes A, B e C, após validação do INA, I.P. ou seu representante, curso a curso.
2. A estruturação dos conteúdos incluída no plano de formação preparado pelo especialista, constitui uma das bases de análise para a conceção do desenho pedagógico pelas entidades adjudicatárias, podendo este prever uma alteração da ordem e da organização dos conteúdos, com vista à adequação ao modelo pedagógico e aos resultados esperados.

CLÁUSULA 5ª

Prazos de execução

1. Os prazos de execução relativos à produção dos cursos é de no máximo de 90 (noventa) dias seguidos, incluindo os testes de conformidade e funcionamento do curso, após a disponibilização dos conteúdos formativos validados e do Plano de Formação;
2. A prestação de serviços é contínua e esgota-se pelo valor de cada contrato a contar da data da assinatura do mesmo ou até ao serviço efetivamente prestado e utilizado, de acordo com as necessidades da entidade adjudicante, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

PREÇO CONTRATUAL

CLÁUSULA 6ª

Preço contratual

1. O preço base do presente procedimento, para a totalidade dos lotes que constituem o objeto do presente Caderno de Encargos, é de **450.000,00 EUR** (quatrocentos e cinquenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, distribuído da seguinte forma:
 - a) Para o **LOTE A: 150.000,00 EUR** (cento e cinquenta mil euros), acrescido do valor referente ao IVA à taxa legal em vigor;
 - b) Para o **LOTE B: 150.000,00 EUR** (cento e cinquenta mil euros), acrescido do valor referente ao IVA à taxa legal em vigor;
 - c) Para o **LOTE C: 150.000,00 EUR** (cento e cinquenta mil euros), acrescido do valor referente ao IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.
3. A entidade adjudicante paga ao adjudicatário, pela execução do contrato, o número de horas de formação produzida, isso é, as horas de duração de cada curso produzido, constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
4. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante no presente Caderno de Encargos, nomeadamente os seguintes:
 - a) O pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato, dentro ou fora do território nacional;
 - b) A obtenção de quaisquer autorizações e o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o adjudicatário no âmbito do contrato.
5. Não há lugar a revisão ou a atualização do preço contratual.

CLÁUSULA 7ª

Condições de faturação e de pagamento

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da Cláusula anterior, só poderá ser paga mediante apresentação das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das respetivas obrigações.
2. As faturas podem ser emitidas após aceitação pela entidade adjudicante de cada curso produzido, da forma seguinte:
 - a) 80% do valor no termo da Etapa 4ª descrita na cláusula 31.ª do presente caderno de encargos - após testagem e validação do respetivo curso;

- b) 20% do valor no termo da Etapa 5ª descrita na cláusula 31.ª do presente caderno de encargos – 3 (três) meses após o lançamento do respetivo curso na plataforma;
- 3. As faturas referidas no número anterior devem conter os seguintes elementos identificativos:
 - a) Referência e objeto do procedimento;
 - b) Número de contribuinte da entidade adjudicante;
 - c) Número de compromisso;
 - d) Identificação do curso produzido e respetiva duração em horas.
- 4. A faturação emitida e enviada pelo adjudicatário à entidade adjudicante, que corresponda a um fornecimento não efetuado ou não contenha os elementos identificativos indicados no número anterior, é recusada e devolvida pela entidade adjudicante ao adjudicatário.
- 5. O pagamento é efetuado, mediante transferência para a conta bancária em Portugal indicada pelo adjudicatário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da receção da fatura nas instalações da entidade adjudicante, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 6. O prazo de pagamento referido no número anterior apenas se verifica caso a respetiva fatura seja recebida nas instalações da entidade adjudicante até ao quarto dia do mês seguinte ao que correspondem os serviços.
- 7. No caso de não cumprimento por parte do adjudicatário do prazo de receção da fatura estabelecido no número anterior, o pagamento será efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias seguidos após a receção da respetiva fatura nas instalações da entidade adjudicante.
- 8. O disposto nos números anteriores não prejudica a cobrança de penalidades, designadamente por compensação com o valor devido, se para tanto existir fundamento.

CLÁUSULA 8ª

Atrasos nos pagamentos

- 1. Qualquer atraso no pagamento da faturação regularmente emitida, referida na Cláusula anterior, não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327º do CCP.
- 2. O atraso em qualquer pagamento não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
- 3. Em caso de atraso, os pagamentos devidos pela entidade adjudicante vencem juros, à taxa legal, pelo período correspondente à mora, nos termos previstos no artigo 326º do CCP.
- 4. Os valores contestados pela entidade adjudicante e que vierem a ser objeto de correção não vencem juros de mora em caso de não pagamento.

CAPÍTULO III

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 9ª

Obrigações gerais dos adjudicatários

1. Constitui obrigação dos adjudicatários dos LOTES A, B e C fornecer à entidade adjudicante, nos termos e condições contratuais, aquisição de serviços de desenho instrucional e produção multimédia de conteúdos pedagógicos para construção de cursos *e-learning* assíncrono para disponibilização na plataforma NAU nos termos do presente Caderno de Encargos.
2. Para além das obrigações previstas nos números anteriores, constituem também obrigações dos adjudicatários:
 - a) Cumprir os requisitos e as especificações técnicas previstos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
 - b) Aplicar todos os meios ao seu dispor no sentido de prestar um serviço com elevados parâmetros de qualidade e eficácia;
 - c) Preparar, com a antecedência apropriada, tudo o que seja necessário à boa execução do contrato;
 - d) Afetar todos os meios humanos, materiais, logísticos, informáticos ou outros que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - e) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante, logo que tenha conhecimento, qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
 - f) Prestar de forma correta, fidedigna e antecipada todas as informações relevantes para a boa execução do contrato, bem como todos os esclarecimentos solicitados;
 - g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - h) Manter o sigilo e garantir a confidencialidade.

CLÁUSULA 10ª

Recursos envolvidos

1. A equipa de projeto deverá ser constituída pelos elementos constantes da proposta apresentada pelos adjudicatários.
2. Os elementos da equipa técnica afetos à execução do projeto só podem ser substituídos por elementos com habilitações e perfil idênticos aos afetos inicialmente, após autorização do INA, I.P.

CLÁUSULA 11ª

Direito de propriedade intelectual

1. A titularidade dos direitos de propriedade intelectual sobre as obras e materiais desenvolvidos, criados, modificados ou personalizados pelo adjudicatário para a entidade adjudicante ou pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, incluindo nomeadamente, *software*, escritos, relatórios, esquemas, desenhos, imagens, fotografias, especificações, parametrizações, dados em formato eletrónico e tabulações, inquéritos e questionários, invenções, inovações técnicas, *know-how*, processos, técnicas, métodos de investigação, documentos ou quaisquer outras criações, de qualquer natureza ou meio, pertence à entidade adjudicante, cabendo exclusivamente a esta todos os direitos de propriedade intelectual a elas inerentes, considerando-se contrapartida suficiente para tal a remuneração constante da proposta.

2. O adjudicatário garante que todos os seus trabalhadores e colaboradores afetos à execução do contrato foram atempadamente informados e aceitaram que os direitos de propriedade intelectual sobre as obras acima indicadas pertencem exclusivamente à entidade adjudicante.
3. O adjudicatário é responsável pela infração de quaisquer direitos de patente, de conceção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes, ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes aos bens e aos serviços objeto do contrato, nomeadamente, projetos, estudos, programas informáticos, equipamento, materiais, documentação ou trabalhos realizados.
4. O adjudicatário é responsável por qualquer reclamação formulada perante a entidade adjudicante, resultante de violação dos direitos referidos nos números anteriores, adotando a entidade adjudicante o procedimento que se revele mais adequado para a intervenção plena do adjudicatário na discussão e no esclarecimento, perante terceiros reclamantes ou quaisquer autoridades, das dúvidas que, neste âmbito, se coloquem.
5. No caso de a entidade adjudicante ser demandada por violação de direitos constantes dos números anteriores, o adjudicatário indemniza-a por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

CLÁUSULA 12ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. Os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, de patentes registadas ou de licenças, bem como a obtenção das respetivas autorizações são da responsabilidade do adjudicatário.
2. O adjudicatário responsabiliza-se pela infração de quaisquer direitos de patente, de conceção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes aos bens e serviços objeto do contrato.
3. O adjudicatário é responsável por qualquer reclamação formulada perante a entidade adjudicante, resultante de violação dos direitos referidos nos números anteriores, adotando a entidade adjudicante o procedimento que se revele mais adequado para a intervenção plena do adjudicatário na discussão e esclarecimento, perante terceiros reclamantes ou quaisquer autoridades, das dúvidas que, neste âmbito, se coloquem.
4. O adjudicatário responde, independentemente de culpa, pelos danos que sejam imputados à entidade adjudicante e que se produzam sobre terceiros, quando decorrentes de violação dos direitos aludidos nos números anteriores, devendo indemnizar a entidade adjudicante de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

CLÁUSULA 13ª

Conflito de interesses e imparcialidade

1. O adjudicatário deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflitos com os interesses da entidade adjudicante.
2. O adjudicatário obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a entidade adjudicante ou para os seus direitos e interesses.

CLÁUSULA 14ª

Encargos do adjudicatário

1. Todas as despesas ou encargos em que o adjudicatário incorra para o cumprimento das obrigações emergentes do contrato são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à entidade adjudicante, a menos que outro regime decorra da lei ou do contrato.
2. São, designadamente, da responsabilidade do adjudicatário:
 - a) Quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à celebração e execução do contrato, em território nacional ou internacional;
 - b) Encargos com a obtenção de autorizações, licenças, aprovações que, nos termos de contratos, da lei ou de regulamentação, lhe sejam aplicáveis e/ou se mostrem necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, bem como o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações contratuais do adjudicatário;
 - c) Encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, de patentes registadas ou de licenças, designadamente de utilização de *software*, ou outros elementos protegidos por direitos de propriedade intelectual, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias.

CLÁUSULA 15ª

Acompanhamento da execução do contrato

1. O adjudicatário compromete-se a indicar um elemento, com a experiência adequada, para acompanhar a execução contratual e articular com o gestor do contrato designado pela entidade adjudicante.
2. A entidade adjudicante, em conformidade com o disposto no artigo 290º-A do CCP, designa um gestor do contrato, com a função de acompanhar a sua execução.
3. As comunicações entre o gestor do contrato e o adjudicatário são realizadas por escrito, não podendo ser invocadas entre ambas quaisquer comunicações ou determinações que tenham sido efetuadas de outra forma.

CLÁUSULA 16ª

Deveres de informação

1. O adjudicatário compromete-se a prestar a informação e esclarecimentos que lhe forem solicitados pela entidade adjudicante, com a periodicidade que esta entender conveniente, no âmbito da execução do contrato.
2. A obrigação prevista no número anterior abrange o dever de o adjudicatário participar em reuniões com a entidade adjudicante ou outras entidades, que se mostrem objetivamente necessárias em função do objeto do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a comunicar à entidade adjudicante, no prazo de 10 (dez) dias, o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que perturbe a execução do contrato.

4. As partes obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do seu conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, designadamente de qualquer facto relevante que previsivelmente impeça o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das respetivas obrigações contratuais.

SECÇÃO II

DEVER DE SIGILO E DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA 17ª

Sigilo e Confidencialidade

1. O adjudicatário obriga-se, perante a entidade adjudicante, a guardar total confidencialidade e sigilo absoluto no que respeita a todas as informações, documentos ou outros elementos ou dados relacionados, direta ou indiretamente com a execução do contrato, que obtenha em virtude da respetiva execução, independentemente do seu suporte (escrito, verbal ou digital).
2. O adjudicatário é responsável pela confidencialidade e utilização de informação reservada por parte dos seus trabalhadores, colaboradores ou prestadores de serviços, independentemente da natureza do vínculo contratual que com eles tenha, devendo informá-los da natureza confidencial e adotar todas as medidas que se mostrem necessárias para salvaguardar essa confidencialidade.
3. O adjudicatário deve adotar todas as medidas necessárias e adequadas para manter como confidencial a informação a que tenha acesso através da execução do contrato, direta ou indiretamente, e independentemente da forma assumida por essa informação (escrita, oral, visual), acrescendo a responsabilidade do adjudicatário à obrigação contratual de proteção da informação, não substituindo outros deveres de qualquer tipo estabelecidos legalmente.
4. As informações, documentos ou outros elementos ou dados cobertos pelos deveres de confidencialidade e sigilo não podem ser transmitidos a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento, que não o destinado direta e exclusivamente ao objeto do contrato, salvo quando for autorizado expressamente por escrito, pela entidade adjudicante.
5. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
6. Nos casos previstos na parte final do número anterior, o adjudicatário obriga-se a informar previamente a entidade adjudicante e a observar as recomendações desta que sejam compatíveis com a intimação ou com a obrigação legal que está na origem do dever de divulgação, devendo fazer acompanhar essa divulgação da indicação de que se trata de informação confidencial pertencente a terceiro, reveladora de segredo comercial ou industrial ou de segredo relativo a direitos de propriedade intelectual e afins, ou outra, consoante o que seja aplicável.
7. O adjudicatário deve devolver ou destruir, consoante solicitado pela entidade adjudicante, toda a informação que possua ou detenha, em formato físico ou digital, independentemente de a mesma lhe ter sido facultada ou contratualmente obtida diretamente, no âmbito do presente procedimento pré-contratual e do contrato, logo

que esta deixe de ser necessária ao cumprimento das suas obrigações, a solicitação da entidade adjudicante ou com a cessação do contrato por qualquer motivo.

8. O adjudicatário não pode utilizar o nome da entidade adjudicante para fins publicitários ou comerciais sem o consentimento prévio escrito desta.
9. O dever de sigilo não colide com a sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 18ª

Dados Pessoais

1. O adjudicatário apenas pode aceder a dados pessoais, sob a responsabilidade da entidade adjudicante, para os fins constantes do contrato e de acordo com as instruções da entidade adjudicante, e nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, comprometendo-se ainda a:
 - a) Respeitar na íntegra o disposto na Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, bem como a demais legislação aplicável à proteção de dados pessoais;
 - b) Cumprir com rigor as instruções da entidade adjudicante no que concerne ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais;
 - c) Tratar os dados pessoais de forma lícita e com respeito pelo princípio da boa-fé, utilizando-os exclusivamente para as finalidades resultantes do contrato, não podendo ser posteriormente tratados de forma incompatível com tais finalidades;
 - d) Implementar as medidas técnicas e organizativas para proteger os dados de destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizado, bem como de qualquer outra forma de tratamento ilícito;
 - e) Comunicar de imediato à entidade adjudicante quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
3. O adjudicatário obriga-se a manter estritamente confidenciais os dados pessoais, sendo responsável pela confidencialidade e utilização dos dados pessoais por parte dos seus trabalhadores, ou outros colaboradores, independentemente da natureza do vínculo contratual que com eles tenha.
4. No caso de haver perda ou dano de dados no âmbito da execução do contrato, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as medidas que forem necessárias para recuperar os dados, sem quaisquer custos adicionais para a entidade adjudicante.
5. O adjudicatário obriga-se a ressarcir a entidade adjudicante por todos os prejuízos em que esta venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita dos dados referidos, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados contra a entidade adjudicante, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

CAPÍTULO IV

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 19ª

Mora do adjudicatário

1. Existe mora do adjudicatário relativamente às obrigações sujeitas a prazo, nos termos do presente Caderno de Encargos ou nos casos de o mesmo ser contratualmente fixado pela entidade adjudicante, quando decorrido o respetivo prazo sem que o adjudicatário cumpra a obrigação a que está adstrito.
2. Quando as sanções contratuais pecuniárias aplicadas excederem o limite de 20% (vinte por cento) do preço contratual, a entidade adjudicante pode considerar o contrato como definitivamente incumprido.
3. As situações de mora e de incumprimento definitivo por parte do adjudicatário têm, respetivamente, as consequências previstas nas Cláusulas 21ª e 22ª.
4. Quando o atraso se deva a atos imputáveis à entidade adjudicante não se aplica o disposto nos nº 1 e nº 2 da presente Cláusula.

CLÁUSULA 20ª

Força maior

1. Nenhuma das partes é responsável pelo incumprimento ou pelo cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do contrato, na estrita medida em que estes resultem de casos de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Os requisitos do conceito de força maior enunciados no número anterior são cumulativos.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do nº 1, designadamente, tremores de terra, furacões, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados ao adjudicatário, às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, com a indicação das obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se

encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência, bem como as medidas que pretende realizar para mitigar o impacto da referida situação.

6. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

CLÁUSULA 21ª

Penalidades

1. O incumprimento de quaisquer prazos emergentes do contrato, por parte do adjudicatário, confere à entidade adjudicante o direito de lhe aplicar uma pena pecuniária, definida do seguinte modo:
 - a) Atraso na execução do projeto: 1.000,00 EUR (mil euros) por dia, excluindo-se os dias de validação da execução de cada uma das fases por parte da entidade adjudicante;
 - b) Substituição dos elementos da equipa técnica sem prévia autorização da entidade adjudicante: 300,00 EUR (trezentos euros) por cada elemento e por dia, excluindo-se os dias de validação da execução de cada uma das fases por parte da entidade adjudicante.
2. Sem prejuízo do direito de audiência prévia previsto no nº 2 do artigo 308º do CCP, as sanções pecuniárias contratuais previstas no número anterior consideram-se aplicadas por comunicação escrita dirigida ao adjudicatário.
3. As sanções pecuniárias contratuais aplicadas devem ser pagas no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da sua aplicação, podendo ser deduzidas em qualquer pagamento que seja devido em momento subsequente.
4. As sanções pecuniárias previstas no presente artigo não obstam, em caso algum, a que a entidade adjudicante exija uma indemnização por todos os prejuízos pelos danos excedentes.
5. Quando o facto que dê origem ao pagamento de sanções pecuniárias contratuais constitua fundamento para a resolução do contrato, a aplicação das sanções que sejam devidas por esse facto não prejudica o exercício do direito de resolução do contrato, nem as obrigações indemnizatórias decorrentes desse exercício.

CLÁUSULA 22ª

Resolução do contrato

1. Para além das situações previstas nos artigos 333º a 335º do CCP, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, nas situações seguintes:
 - a) No caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada alguma das obrigações que lhe competem no âmbito do contrato;
 - b) No caso de ocorrer caso de força maior impeditivo de execução do contrato em tempo julgado útil pela entidade adjudicante;
2. Sem prejuízo do direito de audiência prévia previsto no nº 2 do artigo 308º do CCP, a resolução do contrato pela entidade adjudicante realiza-se por declaração escrita dirigida ao adjudicatário, com indicação do fundamento da resolução, e produz efeitos na data da sua receção.
3. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos e forma previstos no artigo 332º do CCP.

CLÁUSULA 23.ª

Efeitos da resolução do contrato

1. Em caso de resolução do contrato pela entidade adjudicante por facto imputável ao adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento àquela de indemnização fixada, a título de cláusula penal, em 15% (quinze por cento) do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de reclamação de prejuízos para além desse valor, se para tanto existir fundamento.
2. A indemnização aludida no número anterior deve ser paga no prazo de 10 (dez) dias úteis após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação pela entidade adjudicante de quaisquer sanções contratuais pecuniárias que se mostrem devidas, nem a reclamação de indemnização por valor superior ao previsto no nº 1, se para tanto existir fundamento.
4. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário.
5. A resolução do contrato não prejudica a vigência das cláusulas que, pela sua natureza, ou quando regulado expressamente, se devam manter em vigor.

CAPÍTULO V

CAUÇÃO

CLÁUSULA 24.ª

Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o prestador de serviços deve prestar uma caução no valor de 5% do montante total da prestação de serviços, com exclusão do IVA de acordo com o nº 1 do artigo 89º do CCP.
2. O adjudicatário deve, no prazo fixado na notificação a que se refere o nº 1 do artigo 90º do CCP, comprovar que prestou a caução nos termos do artigo 90º do CCP.
3. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, pode ser executada pelo INA, I.P., sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
4. A resolução do contrato pelo INA, I.P. não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
5. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do INA, I.P. para esse efeito.
6. A caução a que se referem os números anteriores é liberada, nos termos do artigo 295º do CCP.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 25ª
Alterações ao contrato

Qualquer alteração que haja necessidade de introduzir no contrato, no decurso da sua execução, é objeto de acordo prévio entre as partes, e só é considerada válida depois de ter sido reduzida a escrito e aprovada pelas partes.

CLÁUSULA 26ª
Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende de autorização da outra, nos termos do artigo 316º do CCP.

CLÁUSULA 27ª
Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras entre as partes, as comunicações e notificações devem ser sempre feitas por correio eletrónico que acuse receção, para um endereço específico que cada uma das partes indicará no contrato para esse efeito.
2. Qualquer alteração relativa às informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte por escrito, através de correio eletrónico que acuse receção.
3. A comunicação entre as partes deve ser sempre efetuada em língua portuguesa.

CLÁUSULA 28ª
Contagem de prazos

1. Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos e no contrato são contínuos, correndo em sábados, em domingos e em dias feriados, e não se suspendem nem interrompem em férias, salvo disposição em contrário.
2. Os prazos que terminem em sábados, domingos ou dias feriados, transferem-se para o primeiro dia útil seguinte, salvo no caso de dias feriados municipais.
3. Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos e no contrato que corram explícita e unicamente em dias úteis constituem exceções ao nº 1 da presente Cláusula.

CLÁUSULA 29ª
Resolução de litígios

Para a resolução dos litígios decorrentes do contrato, designadamente os relativos à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, que não sejam resolvidos pelas partes, fica fixada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 30ª
Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja expressamente previsto no presente Caderno de Encargos, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CLÁUSULA 31ª

Âmbito de aplicação

O presente procedimento rege-se pelas Especificações Técnicas (E.T.) a seguir identificadas:

- E.T.1** Os cursos serão desenvolvidos na Plataforma NAU - Ensino e Formação Online para Grandes Audiências, gerida pela Unidade de Computação Científica Nacional (FCCN) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), cujas especificações técnico-pedagógicas podem ser encontradas no link: <https://plataforma-nau.atlassian.net/wiki/spaces/NN/pages/2289500161/Guia+T+cnico-Pedag+gico+para+a+utiliza+o+da+Plataforma+NAU>
- E.T.2** Os conteúdos obedecem às normas de acessibilidade previstas no guia técnico-pedagógico referido no ponto anterior, quanto a imagem, vídeo e texto. Em todos os lotes previstos deverão considerar-se critérios de acessibilidade completa, sendo previstos: vídeos com transcrição em *srt*, ficheiros áudio do vídeo (audiodescrição) ou legendagem sincronizada no *player* da plataforma, e língua gestual embebida diretamente no vídeo (vídeos produzidos de forma a permitir que os participantes com necessidades especiais possam optar pelo visionamento com estas acessibilidades).
- E.T.3** Os recursos e atividades produzidos poderão ser reutilizados, total ou parcialmente enquanto instrumentos de autoformação ou mesmo como recurso de apoio a ações de formação.
- E.T.4** O desenho instrucional (*Instructional Design*) de cada curso será construído com base nos conteúdos e plano de formação produzidos pelo(s) especialista(s) e fornecidos pela entidade adjudicante, considerando tratar-se de cursos *e-learning* assíncrono, sem a presença de formador ou tutor.
- E.T.5** A empresa adjudicatária obriga-se a cumprir as normas gráficas, de comunicação e informação estabelecidas pelo Plano de Recuperação e Resiliência, em todos os recursos de divulgação, de estudo e atividades produzidas para a plataforma em que tal se aplique, garantindo a visibilidade do financiamento, de acordo com as normas divulgadas no sítio oficial daquele Plano que podem ser consultadas no link <https://recuperarportugal.gov.pt/comunicacao/>.
- E.T.6** A carga horária associada a cada curso deve ser distribuída por recursos multimédia de apresentação, exemplificação e síntese dos conteúdos, e atividades interativas diversificadas e de curta duração, integrados num percurso de aprendizagem ativa, considerando-se as características de cada um dos Lotes em questão, conforme nº 2 da Cláusula 1ª.
- E.T.7** Cada curso deve incluir obrigatoriamente testes de autodiagnóstico de competências e de avaliação sumativa, ambos com correção e *feedback* automáticos, bem como um vídeo teaser de divulgação e recursos de estudo para continuidade da aprendizagem, passíveis de serem descarregados.
- E.T.8** Poderão ser usados, entre outros, os seguintes componentes formativos, a identificar no guião pedagógico de cada curso:

- a) Conteúdos interativos em vídeo, animados com voz de narrador profissional ou gravados com apresentador profissional, com legenda;
- b) Tutoriais com o especialista de conteúdos, com edição de gravações de tela e elaboração de guião prévio pela empresa adjudicatária;
- c) Conteúdos interativos em vídeo, apresentados pelo especialista de conteúdos;
- d) Conteúdos gráficos para complementar os conteúdos escritos;
- e) Atividades e conteúdos interativos, promotores de uma aprendizagem ativa, com recurso a componentes da plataforma, tais como a Nuvem de palavras, ou recursos externos que integrem com a plataforma, tal como o *Padlet* ou outro *software* especializado como por exemplo o H5P, entre outros;
- f) Documentação e referências complementares de estudo;
- g) Atividades para avaliação formativa e sumativa, com correção e *feedback*. A avaliação sumativa deve ser construída com os componentes adequados da plataforma, de forma a garantir a rastreabilidade, o apuramento da classificação e o condicionamento da certificação;
- h) Recursos de áudio e vídeo com o uso de Inteligência Artificial e Avatares, com devidos roteiros e textos de referência;"

E.T.9 Componentes de texto, com ou sem imagens, em páginas *Html*, entre outros, conforme planeamento e validação em conjunto com a equipe do INA, I.P.

E.T.10 É de responsabilidade das entidades adjudicatárias dos Lotes A, B e C garantir os estúdios necessários para gravação, podendo ser usado o estúdio da FCCN, mediante reserva antecipada, se disponível;

E.T.11 A produção de cada curso inicia-se com uma primeira reunião de trabalho / projeto, visando:

- a) Lançamento do trabalho / projeto;
- b) Definição das equipas de trabalho das partes envolvidas;
- c) Definição do calendário macro do trabalho / projeto.

E.T.12 Na primeira reunião de trabalho / projeto, para cada curso, o INA I.P. apresenta o Plano de Formação e os conteúdos produzidos pelo(s) especialista(s) nas matérias, e é definida a calendarização que preveja a realização das etapas previstas no quadro seguinte e a entrega dos documentos listados, cujo detalhe de conteúdos consta do **ANEXO A**:

ETAPAS	FASES / ENTREGÁVEIS
1ª ETAPA DESENHO INSTRUCIONAL	<u>1ª FASE – ANÁLISE</u> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise dos conteúdos e do plano de formação preparados pelo especialista, bem como do enquadramento e resultados esperados com o curso.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição da abordagem pedagógica, do tipo de recursos, atividades e métodos de avaliação adequados aos resultados a alcançar. ▪ Organização dos conteúdos em pequenos blocos, numa estrutura modular alinhada com os objetivos globais, divisão dos módulos em unidades e revisão dos objetivos operativos de aprendizagem e das ideias-chave de cada módulo. ▪ Planificação das atividades e dos recursos de aprendizagem num percurso que inclua ativação e prontidão (<i>readiness</i>) do formando, reflexão, exposição e síntese, e desenho do modelo de avaliação – diagnóstica, formativa e sumativa. <p><u>Documentos Finais (Entregáveis da 1ª fase da 1ª etapa)</u></p> <p>Plano de Aprendizagem, incluindo a matriz concetual e o modelo avaliativo e de certificação, conforme modelos apresentados no ANEXO I.</p>
2ª ETAPA PRODUÇÃO MULTIMÉDIA	<p><u>2ª FASE – DESENHO</u></p> <p>Definição e sequenciação dos recursos e atividades, com a elaboração de todos os documentos e suportes necessários à produção (<i>storyboards, scripts</i>, ou outros suportes).</p> <p>Criação da ficha informativa do curso com base no formulário divulgado na plataforma NAU em que se incluem todos os campos necessários para configurar a “<i>about page</i>” designadamente: <i>Imagem do curso</i>, Frase-chave (conteúdo de motivação), Descrição, O que vai aprender, Formato, Pré-requisitos, Avaliação e certificação, Plano do curso, tempo de trabalho estimado e Informação complementar.</p> <p><u>Documentos Finais (Entregáveis da 2ª fase da 1ª etapa):</u></p> <p>Guião de Produção e Layout Gráfico e Identidade Visual do Curso, incluindo a imagem a usar no cartão do curso e Formulário de registo de novo curso na plataforma NAU, com todos os campos necessários à criação da página <i>About</i>, conforme requisitos NAU no link: https://plataforma-nau.atlassian.net/wiki/spaces/NN/pages/493518849/Solicita+o+de+Abertura+de+Novo+Curso</p>
	<p><u>1ª FASE – PLANEAMENTO</u></p> <p>Guião de Produção de cada atividade e recurso previstos, já adaptados para os recursos tecnológicos definidos, com a respetiva validação pelo(s) especialista(s) e INA, I.P. ou seu representante.</p> <p><u>Documentos Finais (Entregáveis da 1ª fase da etapa)</u></p> <p>Guião de Produção Detalhado do curso com os guiões ou <i>scripts</i> das atividades e recursos multimédia.</p> <p><u>2ª FASE – PRODUÇÃO MULTIMÉDIA</u></p>

	<p>Produção e edição de todas as atividades e recursos multimédia, incluindo os vídeos e animações, imagens, gráficos, infografia em geral, entre outros.</p> <p><u>Entregáveis da 2ª fase da etapa</u></p> <p>Acesso aos produtos multimédia produzidos para validação pela entidade adjudicante ou seu representante e especialista(s).</p>
3ª ETAPA PUBLICAÇÃO E CONFIGURAÇÃO PLATAFORMA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção e configuração do curso na plataforma: seções, subseções, unidades e respetivos componentes, páginas a listar horizontalmente na barra superior do curso, todas as configurações necessárias (calendário e detalhes, avaliação, classificação e certificação, avançadas, entre outras). ▪ Integração dos recursos informativos necessários e oportunos a uma formação individual assíncrona sem a presença de formador ou tutor, promotores da orientação do participante e da sua gestão autónoma do percurso, que incluam o programa, os objetivos, o plano de aprendizagem (numa ótica do que é esperado pelo participante), as ideias-chave por módulo, ou o sistema de avaliação e de certificação. ▪ Construção do percurso formativo com todas as atividades e recursos configurados na plataforma, garantindo a rastreabilidade e extração de registos de acesso, conclusão e resultados. ▪ Carregamento dos recursos e atividades na plataforma NAU. ▪ Implementação das eventuais melhorias ou correções identificadas no âmbito da validação e avaliação da qualidade final dos produtos pela entidade adjudicante ou seu representante. <p><u>Entregáveis da etapa:</u></p> <p>Todos os recursos e atividades produzidos e validados carregados nos ficheiros do curso ou outra forma aceite pela entidade adjudicante (entrega de todas as <i>sources</i> dos conteúdos)</p>
4ª ETAPA TESTAGEM E AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Teste de conformidade e funcionamento do curso, com grupo de <i>beta-testers</i> a indicar pelo INA, I.P., no máximo 30 dias antes do seu lançamento, com relatório sucinto com registo das eventuais anomalias, ocorrências e propostas de melhoria para aprovação pelos <i>stakeholders</i>. ▪ Implementação das alterações aprovadas. <p><u>Documentos Finais</u></p> <p>Relatório de Avaliação – <i>Beta Testing</i>, que inclua a caracterização do <i>Betateste</i>, a sistematização das respostas recebidas, a análise de cada proposta ou ocorrência reportada, o parecer do(s) especialista(s) sobre cada alteração e a conclusão. Relatório final de avaliação da qualidade do curso, com identificação das alterações implementadas nesta etapa</p>

5ª ETAPA MANUTENÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio durante os primeiros 3 meses após o lançamento de cada curso, para eventuais correções ou melhoramentos. ▪ Manutenção anual até 2026, se necessário, garantido a atualidade do curso durante o período de vigência do PRR e promovendo melhorias, se identificadas ocorrências que o justifiquem
--------------------------------------	---

E.T.13 O serviço, ao longo das diversas etapas descritas no quadro anterior, é desenvolvido de forma iterativa, em estreita colaboração com o(s) especialista(s), que garantem a autoria dos conteúdos, e com a entidade adjudicante, ou seus representantes ao nível da avaliação da qualidade pedagógica dos produtos e sua validação.

E.T.14 As etapas, e fases dentro destas, terminam com a validação pelo INA, I.P., ou seu representante para o efeito, de todos os documentos / entregáveis previstos, dando-se início imediato à etapa ou fase seguinte.

E.T.15 Para cada curso é obrigatória a realização de uma sessão de *Reality Check* promovida pela entidade adjudicatária, com o INA, I.P. e o(s) especialista(s).

E.T.16 O adjudicatário deve dispor de recursos humanos suscetíveis de serem afetos à execução do serviço objeto do contrato. A equipa de trabalho mínima associada à execução deste projeto terá de ser composta por elementos com as seguintes competências:

- i. Desenho Instrucional;
- ii. Análise e Revisão de Texto (*Copywriter*);
- iii. Design Gráfico;
- iv. Produção de Componentes Multimédia;
- v. Produção de Vídeos;
- vi. Gestão de Projetos.

CLÁUSULA 32ª

Substituição das equipas

1. Sempre que se constate a inadequação de algum elemento da equipa encarregue da execução dos serviços contratados, tendo em conta os requisitos exigidos e o comportamento comumente expectável, a entidade adjudicante pode exigir a sua substituição, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto nos números anteriores.
2. O adjudicatário deverá, em 5 (cinco) dias úteis, identificar o seu melhor recurso considerando os requisitos mínimos exigidos e obter a aceitação da entidade adjudicante.
3. O adjudicatário deve assegurar que nos 2 (dois) dias úteis após a aceitação, o recurso inicia a prestação do serviço.

CLÁUSULA 33ª

Níveis de Serviço

O adjudicatário obriga-se a:

- a) Cumprir os prazos de entrega dos conteúdos a acordar entre as partes em sede de projeto;
- b) Apresentar os entregáveis, a acordar em sede de projeto, no formato acordado entre as partes;
- c) Entregar cada conteúdo pedagógico realizado, em versão digital e com as respetivas fontes editáveis;
- d) Cumprir os critérios de qualidade dos conteúdos pedagógicos, sendo que os produtos só serão considerados finalizados após a avaliação das conformidades e validação final da entidade adjudicante;
- e) Efetuar todas as revisões e correções dos conteúdos e produtos nos prazos a estabelecer para cada tipo de produto, a definir por acordo entre as partes.

CLÁUSULA 34ª

Planeamento e cronograma

O contrato será executado através do cronograma do projeto aprovado entre as partes no seu início, com os ajustamentos que vierem a ser acordados ao longo da sua realização.

CLÁUSULA 35ª

Entregáveis e documentação

1. O adjudicatário deverá produzir e submeter à aprovação da entidade adjudicante a seguinte documentação de acompanhamento e gestão:
 - a) No prazo máximo de 5 dias a contar da celebração do contrato, plano detalhado de projeto com cronograma semanal e matriz de responsabilidades com identificação clara dos papéis e competências/responsabilidades no projeto e entregáveis correspondentes;
 - b) No decurso do projeto, conteúdos informativos relativos aos entregáveis previstos na E.T.12 da Cláusula 31ª da Parte II do presente Caderno de Encargos;
 - c) Toda a documentação que possa ser necessária no decorrer da prestação de serviços.
2. O adjudicatário deve proceder à entrega de todos os materiais e conteúdos a conceber no âmbito do projeto na versão de produto final, bem como em formato editável, e entrega de todas as imagens, objetos e avatares, a construir para os diversos conteúdos, em ficheiros fonte individualizados, bem como uma lista detalhada destes materiais para conferência da entrega, com informações da conceção / adaptação e validação pela entidade adjudicante.

CLÁUSULA 36ª

Mecanismos formais de acompanhamento

1. Deverão ser asseguradas reuniões periódicas de progresso, para ponto de situação dos desenvolvimentos a efetuar, aferição de riscos e constrangimentos, definição de próximos passos, bem como para gestão do projeto e orientações necessárias.

2. As reuniões poderão ser realizadas presencialmente, nas instalações da sede da INA, I.P. ou por plataforma ZOOM ou por qualquer outro meio de comunicação à distância que permita a partilha de som e imagem, a definir em sede de projeto.
3. Caberá ao adjudicatário o envio quinzenal de relatório de progresso do desenvolvimento dos projetos sob sua responsabilidade, contendo os dados do projeto, prazos previstos de cada etapa, dados sobre a realização destas etapas e avaliação quando a realização destas etapas e prazos.

ANEXOS ao CADERNO DE ENCARGOS:

- **ANEXO A** – Detalhe dos documentos finais

ANEXO A

[ao caderno de encargos]

DETALHE DOS DOCUMENTOS FINAIS

1. PLANO DE FORMAÇÃO

DESCRIÇÃO

Estruturação do curso desenvolvida pelo(s) especialista(s), validada pelo INA, I.P. ou seu representante.

RESPONSÁVEL

Especialista pelos conteúdos.

CONTEÚDO

- Designação do curso;
- Área de Formação;
- Frase-chave / conteúdo de motivação (até 200 caracteres);
- Breve descrição do curso e seu enquadramento;
- Carga horária;
- Destinatários;
- Pré-requisitos (ao nível dos conhecimentos ou competências);
- Breve apresentação do especialista e uma fotografia;
- Objetivos gerais de aprendizagem;
- Programa do curso, com estrutura detalhada e numerada dos conteúdos segmentados em pequenos blocos;
- Objetivos operativos de aprendizagem de cada um dos módulos que compõe o curso;
- Ideias-chave (síntese dos conteúdos críticos) por módulo.

ANEXOS:

Do Programa fazem parte integrante, como documentos anexos:

- Texto versando todos os conteúdos, com estrutura/índice idêntica à do programa, que, pode ser complementado com arquivo de apresentação (PPT) ou outros documentos;
- Texto síntese da temática do curso para criação de recurso *pdf* a disponibilizar ao participante;
- Outros documentos, links e referências bibliográficas sobre o tema do curso, para disponibilização ao participante, distinguindo o que constitui material de estudo e material complementar para páginas “saiba mais”;
- Outros recursos externos, com a fonte devidamente identificada, que se pretenda disponibilizar ou referir no curso
- Perguntas de autodiagnóstico (2 a 3 por módulo);
- Perguntas de avaliação sumativa (3 a 4 por módulo alinhadas com os objetivos de aprendizagem e com as ideias-chave).

2. PLANO DE APRENDIZAGEM

ENQUADRAMENTO

Descrição da matriz concetual, do modelo pedagógico e avaliativo, da estruturação dos conteúdos, do tipo de atividades e recursos a desenvolver, e sistematização do plano de aprendizagem (sequência de atividades e recursos por módulo e unidade, seguido no plano e eventuais alterações ao programa de formação para o desenvolvimento do Desenho Instrucional).

RESPONSÁVEL

Entidade adjudicatária (com afetação obrigatória do elemento da equipa com competências no desenho instrucional).

CONTEÚDO

- Objetivos globais revistos,
- Matriz concetual e desenho pedagógico;
- Modelo avaliativo e de certificação, com identificação dos momentos de avaliação sumativa e formativa e tipos de atividades e sua integração no plano;
- Estruturação dos conteúdos em módulos e unidades;
- Sequencia das atividades e recursos, por módulo e unidade, com identificação do respetivo suporte de conteúdos, atividade esperada do formando e tempo estimado;
- Objetivos operativos por módulo;
- Ideias-chave por módulo;
- Matriz de relação entre objetivos, ideias-chave e atividades de avaliação formativa e sumativa.